do concurso acima referenciado, aberto por aviso afixado no átrio de entrada dos Paços do Concelho no dia 9 de Maio de 2006, o qual deverá tomar posse no prazo de 20 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*.

O processo em causa não está sujeito a visto do Tribunal de Contas. (Não são devidos emolumentos.)

7 de Julho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Carlos Pinto de Sá*.
1000303894

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Aviso n.º 38/DRH/SRS/2006

Por meu despacho de 22 de Junho de 2006, autorizei, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 41.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, com o artigo 15.º, n.º 2, alínea c), do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, e artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, a celebração dos contratos administrativos de provimento com os candidatos classificados, respectivamente, em 1.º e 2.º lugar, Paulo Miguel Cabeçadas Ataíde Ferreira Coutinho e João Ricardo Marques Conde da Silva, aprovados no concurso externo de ingresso para admissão de três estagiários com vista ao preenchimento de três lugares na categoria de engenheiro civil de 2.ª classe, publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 115, de 17 de Junho de 2005, conforme lista de classificação final, publicada internamente no Departamento de Recursos Humanos desta Câmara Municipal, em 1 de Junho de 2006.

Mais se torna público que o estágio iniciará no dia seguinte à publicação do presente aviso no *Diário da República*.

23 de Junho de 2006. — A Presidente da Câmara, *Susana de Carvalho Amador*.
3000211803

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE

Aviso

Discussão pública

Engenheiro António Manuel Leitão Borges, presidente da Câmara Municipal de Resende, torna público, no uso das competências que lhe são atribuídas pela alínea v) do n.º 1 do artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugado com o disposto no artigo 131.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com a nova redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, que na execução do que dispõe o n.º 2 do artigo 33.º conjugado com o n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, se procede à discussão pública da alteração da licença da operação de loteamento titulada pelo alvará n.º 3/98, emitido em nome de Maria Teresa Botelho Lobo Alves Pinto de Castelo Branco e António Augusto Botelho Lobo Alves, respeitante ao terreno denominado «Quinta do Eido», freguesia de São Martinho de Mouros, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 00990/280598.

Mais se torna público que a referida alteração para o lote n.º 9 (descrito na conservatória do registo predial sob o n.º 00999/280598) foi requerida por Alípio Coelho e diz respeito à mudança de destino da cave do edifício previsto no citado lote n.º 9, de habitação para comércio, serviços e indústria compatível com a função residencial.

Os interessados deverão dirigir, por escrito, as sugestões ao presidente da Câmara Municipal de Resende, dentro do prazo de 15 dias, após a publicação do presente aviso no *Diário da República*, 2.ª série.

12 de Julho de 2006. — O Presidente da Câmara, *António Borges*.
1000303914

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVATERRA DE MAGOS

Aviso

Para os devidos efeitos se torna público que, por meus despachos datados de 12 de Julho de 2006, foi prorrogado pelo período de 12 me-

ses o prazo dos contratos a termo resolutivo certo celebrados com Maria Helena Nunes Ferreira Oliveira e Jacinta Rodrigues Palhas da Venda, auxiliares de acção educativa, e João Filipe Coelho Jacinto, técnico profissional de 2.ª classe — animador desportivo.

13 de Julho de 2006. — A Presidente da Câmara, *Ana Cristina Ribeiro*.
1000303904

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

Aviso n.º 40/DGRH/SR/2006

Concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de coveiro, do grupo de pessoal auxiliar

1 — Torna-se público que, por despacho da vereadora com competência delegada na área dos Recursos Humanos, datado de 26 de Junho de 2006, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de coveiro, do grupo de pessoal auxiliar, remunerado pelo escalão 1, índice 155.

2 — O concurso é externo de ingresso e extingue-se com o preenchimento do lugar posto a concurso.

3 — O conteúdo funcional do lugar posto a concurso é o seguinte:

Procede à abertura e aterro de sepulturas, ao depósito e ao levantamento dos restos mortais; cuida do sector do cemitério que lhe está distribuído.

4 — O local de trabalho situa-se na área do município de Santiago do Cacém.

5 — A este concurso podem habilitar-se os indivíduos que satisficam os requisitos constantes das seguintes disposições legais:

- a) Artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
- b) N.º 2 do artigo 38.º do Decreto-Lei 247/87, de 17 de Junho;
- c) Pode ser utilizada a figura de mobilidade entre carreiras.

6 — As candidaturas serão formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente da Câmara Municipal, entregue pessoalmente ou enviado pelo correio, com aviso de recepção, para a Divisão de Gestão de Recursos Humanos, Praça do Município, 7540-136 Santiago do Cacém, do qual constarão, obrigatoriamente, os seguintes elementos de identificação:

- a) Identificação completa (nome, filiação, nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, número fiscal de contribuinte, residência completa);
- b) Habilitações académicas;
- c) Lugar a que se candidata.

6.1 — Os requerimentos de admissão deverão ser acompanhados dos seguintes documentos:

- a) Fotocópias do bilhete de identidade e cartão de contribuinte fiscal;
- b) Documento, comprovativo das habilitações académicas;
- c) Outros elementos que o candidato entenda dever referir como relevantes quanto à apreciação do seu mérito;
- d) Documentos comprovativos da posse dos requisitos de admissão, gerais especiais, previstos nos artigos 29.º e 31.º do Decreto-Lei 204/98, de 11 de Julho;
- e) *Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado.

6.2 — É dispensável a apresentação dos documentos indicados na alínea d) do n.º 6.1, no que diz respeito aos requisitos gerais, desde que os candidatos declarem no requerimento, sob compromisso de honra, a situação em que se encontram relativamente a cada um dos requisitos gerais de admissão.

6.3 — A não apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos de admissão constantes do aviso de abertura determina a exclusão do concurso.

7 — Para a selecção dos candidatos, recorrer-se-á aos seguintes métodos de selecção:

- Prova de conhecimentos;
- Avaliação curricular;
- Entrevista profissional de selecção.

7.1 — A prova de conhecimentos é eliminatória, classificada de acordo com uma escala de 0 a 20 valores, e os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores serão eliminados.

A prova de conhecimentos será teórica oral, com a duração de quinze minutos.

O programa da prova de conhecimentos e a legislação de apoio é o seguinte:

Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes, da Administração Central, Regional e Local, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro;

Regime de Férias, Faltas e Licenças, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, Decreto-Lei n.º 70-A/2000, de 5 de Maio, e Decreto-Lei n.º 157/2001, de 11 de Maio;

Regime Jurídico de Emprego, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho, Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local, através do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro, Lei n.º 6/92, de 29 de Abril, Decreto-Lei n.º 175/95, de 21 de Julho, e Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho;

Regulamento dos Serviços Municipais.

7.2 — Avaliação curricular — consiste na apreciação, pelo júri do concurso, do *curriculum vitae* de cada candidato.

7.3 — Entrevista profissional de selecção — visa avaliar, numa relação interpessoal e objectiva, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos.

7.4 — Os critérios de avaliação e classificação, quer da avaliação curricular, quer da entrevista profissional de selecção, constam da 1.ª acta do júri, que será facultada aos candidatos, desde que solicitada.

7.5 — O ordenamento final dos candidatos, pela aplicação dos referidos métodos de selecção, será expresso na escala de 0 a 20 valores e resultará da aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = \frac{PC + AC + EPS}{3}$$

em que:

CF = classificação final;

PC = prova de conhecimentos;

AC = avaliação curricular;

EPS = entrevista profissional de selecção.

Consideram-se excluídos os candidatos que obtiverem classificação final inferior a 9,5 valores.

8 — As listas relativas a este concurso serão afixadas, se o número de candidatos for inferior a 100, no edifício dos Paços do Município de Santiago do Cacém.

9 — O júri terá a seguinte composição:

Presidente — António Francisco Bentinho Nunes, chefe dos Serviços de Limpeza.

Vogais efectivos:

1.º José Paulo Caetano Gonçalves, coveiro.

2.º Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, assistente administrativo principal.

Vogais suplentes:

1.º Pedro Manuel Pereira Pais, assistente administrativo especialista.

2.º Marina da Conceição do Carmo de Oliveira, técnico de recursos humanos.

O 1.º vogal efectivo substituirá o presidente do júri nas suas faltas ou impedimentos.

10 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

11 — Atendendo ao disposto no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, os candidatos portadores de deficiência com grau de incapacidade igual ou superior a 60 % têm preferência em igualdade de classificação, devendo os candidatos declarar, no requerimento de admissão ao concurso, o grau de incapacidade e tipo de deficiência.

12 — O presente concurso reger-se-á pelas disposições dos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho; Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicável à administração local por força do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro; Decreto-Lei n.º 247/87, de 17 de Junho, Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro.

11 de Julho de 2006. — A Chefe da Divisão de Gestão de Recursos Humanos, *Maria Guilhermina Vicente*. 1000303892

Aviso

Álvaro dos Santos Beijinha, vereador do urbanismo da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, no uso da competência delegada pelo presidente, pelo despacho 021/GAP/2005, de 8 de Novembro de 2005, faço público que esta Câmara Municipal, reunida em 29 de Junho de 2006 e nos termos do artigo 22.º e n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, deliberou submeter a discussão pública, por um prazo de 15 dias a contar do 8.º dia após a publicação do presente aviso no *Diário da República*, a operação de alteração de loteamento, requerida por Filigalva, Construção Civil, L.ª, e Marina Elisabete Martins Ribeiro Botica, para os lotes 44-A e 44-B, descritos na Conservatória do Registo Predial de Santiago do Cacém sob os n.ºs 01681/271195 e 00637/19880104, respectivamente, Loteamento do Calisto — Santiago do Cacém, com alvará n.º 8/2000, emitido em nome de Herdeiros de António Nobre Mariano Ferreira.

A alteração consiste no seguinte: alteração da discriminação do lote 44-A para 44-B e do lote 44-B para 44-A, na alteração do polígono e da área de implantação para o lote agora designado 44-B e na alteração da área total de construção do mesmo.

Durante o prazo acima referido o processo estará disponível para consulta na DGU (Divisão de Gestão Urbanística), nos Paços do Município e na Junta de Freguesia de Santiago do Cacém, podendo ser formuladas sugestões ou reclamações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do processo de licenciamento em causa.

As sugestões ou reclamações deverão ser dirigidas, por escrito, ao presidente, em exercício da Câmara Municipal de Santiago do Cacém.

O Vereador do Urbanismo, *Álvaro Beijinha*. 1000303886

CÂMARA MUNICIPAL DE SILVES

Aviso

Dr.ª Maria Isabel Fernandes da Silva Soares, presidente da Câmara Municipal de Silves, torna público o pedido de licenciamento de operação de loteamento a levar a efeito por Siljupiter — Imobiliária, L.ª, em Panasqueira, freguesia de Armação de Pêra.

A Câmara Municipal de Silves procede à abertura de um período de discussão pública da alteração da licença, conforme previsto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro.

Mais se informa que o período de discussão pública da operação de loteamento é de 15 dias, com início 8 dias após a publicação deste aviso no *Diário da República*, e que os interessados podem consultar a proposta de loteamento e pareceres emitidos na secção de apoio administrativo da DGU.

As reclamações, observações ou sugestões deverão ser apresentadas por escrito (em impresso próprio ou carta de características idênticas), até ao final do mencionado período.

7 de Julho de 2006. — A Presidente da Câmara, *Maria Isabel Fernandes S. Soares*. 1000303905

CÂMARA MUNICIPAL DE TAROUCA

Aviso n.º 80/2006

Mário Caetano Teixeira Ferreira, presidente da Câmara Municipal de Tarouca, faz público, nos termos e em cumprimento do disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local por força do Decreto-Lei n.º 409/